



## CONSELHO GERAL

### ATA N.º 2/2013

#### Reunião Ordinária do Conselho Geral

\_\_\_\_\_ No dia catorze de maio de dois mil e treze, pelas onze horas e vinte minutos, reuniram-se no Salão Nobre da Reitoria da Universidade dos Açores os membros do Conselho Geral da Universidade dos Açores, por convocatória do seu Presidente, doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, com a seguinte agenda. A reunião foi feita por videoconferência. \_\_\_\_\_

- \_\_\_\_\_ 1. Votação da ata n.º 1/2013, de 5 de março de 2013; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 2. Apreciação do Parecer dos conselheiros externos sobre o relatório e Contas da Universidade dos Açores do ano de 2012; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 3. Análise e votação do Relatório e Contas da Universidade dos Açores relativo ao ano de 2012; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 4. Interpretação de disposições do Regulamento Eleitoral do Conselho Geral da Universidade dos Açores; \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_ 5. Outros assuntos de interesse para a Universidade dos Açores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Para além do Presidente, doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa, estiveram presentes, no polo de Ponta Delgada, os doutores Armindo dos Santos Rodrigues, Carlos Eduardo Pacheco Amaral, Gilberta Margarida Pavão Nunes Rocha, Maria Gabriela Pereira da Silva Queiroz, Mário José Amaral Fortuna, o estudante Luís Paulo Ramos Freitas, os Drs. Francisco Luís de Sequeira Leal Sampaio da Nóvoa e Roberto Sousa Rocha Amaral; no polo de Angra do Heroísmo, os doutores Alfredo Emílio Silveira de Borba, Carlos Fernando Mimoso Vouzela, Tomaz Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho e o Dr. Delmar António de Sousa Bizarro. Estiveram igualmente presentes o Magnífico Reitor, o Vice-Reitor para a Área Administrativa, o Administrador da Universidade dos Açores, a Administradora dos Serviços de Ação Social da Universidade dos Açores e o Dr. Joaquim Manuel Martins da Cunha, na qualidade de Fiscal Único. Não esteve presente o Dr. Mário António da Mota Mesquita, que justificou a sua ausência antecipadamente. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Verificada a existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral declarou aberta a sessão. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 1. Levada a votação, a ata do dia cinco de março foi aprovada por unanimidade. Nesta votação não está incluído o voto do estudante Luís Feitas, por este ter chegado mais tarde à reunião. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 2. O Presidente do Conselho Geral informou os conselheiros que, após uma longa troca de impressões, os membros externos entenderam não proceder à elaboração do Parecer formal, tendo sido encarregue de transmitir oralmente o que entenderam sobre o assunto. Assim, apesar do envio tardio da documentação e do facto de as correções só terem sido entregues no dia anterior à reunião, impossibilitando os conselheiros de se inteirarem atempadamente das alterações efetuadas, os conselheiros externos consideraram no entanto haver condições para se proceder à aprovação das contas, tendo em consideração o parecer do Fiscal Único constante na Certificação Legal das Contas e os termos em que a Certificação foi feita. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ 3. Antes de se dar início à análise do Relatório e Contas, o Dr. Roberto Amaral pediu a palavra, para prestar alguns esclarecimentos adicionais acerca do ponto anterior, dizendo que, estando em causa a aprovação do Relatório e Contas, não houve tempo suficiente para poderem apreciar as contas apresentadas, dadas as circunstâncias em que estas foram encerradas. \_\_\_\_\_



Acrescentou ainda ter ficado bastante preocupado e alarmado depois da primeira leitura que fez do Relatório, nomeadamente no que diz respeito à análise e aos comentários feitos no referido Relatório. Porém, tendo em conta as correções efetuadas e face à apresentação do parecer do Fiscal Único, foram de parecer avançar com a aprovação das contas, por considerarem não haver vantagens adiar o processo para o próximo Conselho, na medida em que tal poderá prejudicar a Universidade. Aproveitou para chamar a atenção para a página quatro do Relatório e para a 'Nota Introdutória', referindo que, em vez de terem apresentado o resultado das unidades orgânicas, esta primeira parte deveria ser uma Mensagem do Reitor sobre o que mais relevante se passou durante os últimos tempos. Chamou ainda a atenção para várias incorreções de valores indicados no Relatório, propondo que os mesmos fossem corrigidos, com base no que consta do balanço. Quanto às apreciações do Relatório, alertou para a importância de se aprovar as contas, com todas as reservas e as devidas justificações.

\_\_\_\_\_ O Magnífico Reitor reconheceu que houve um atraso na apresentação do Relatório e Contas, que se deveu a vários motivos, tendo passado a palavra ao Administrador, para prestar os devidos esclarecimentos.

\_\_\_\_\_ O senhor Administrador fez uma síntese dos aspetos mais relevantes do Relatório, explicando que a análise do Relatório e Contas se encontra dividida em duas partes: a análise Global da Universidade e a análise de execução das unidades orgânicas. No que diz respeito à análise global, referiu que a Universidade dos Açores apresentou, em dois mil e doze, um resultado líquido do exercício na ordem dos 2,955 milhões de euros. Contudo, há que acrescentar as amortizações e as provisões, no montante de 2,406 milhões de euros, uma vez que não representam um fluxo financeiro, para o cômputo dos meios libertos da Universidade, cifrando-se estes, assim, em cerca de 549 milhões de euros negativos. Em termos de dívidas a terceiros, para além da responsabilidade para com o Estado, no montante de 2,6 milhões de euros, resultante do empréstimo contraído junto do mesmo, a Universidade apresenta responsabilidades de aproximadamente 1,192 milhões de euros, relevando as obrigações para com fornecedores c/c, na ordem dos 465 milhares de euros, e as obrigações para com o Estado, no montante de 429 milhares de euros, designadamente em sede de IRS e a Caixa Geral de Aposentações, resultantes sobretudo das retenções efetuadas em dezembro sobre as remunerações dos seus trabalhadores, as quais foram entregues devidamente no mês de janeiro de dois mil e treze. Por outro lado, releva no ativo, mais propriamente nas dívidas de terceiros de curto prazo, o montante de cerca de 1,013 milhões de euros. Contudo, e atendendo à natureza de incerteza quanto à cobrança imediata relativamente aos créditos junto dos alunos, resultantes de propinas em atraso, será de esperar uma liquidez de curto prazo na ordem dos 453 milhares de euros. Acresce ainda, em termos de liquidez, os montantes existentes, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e doze, em depósitos em instituições financeiras, no montante aproximado de 284 milhares de euros, razão pela qual a expectativa de obtenção de liquidez de curto prazo ascende a 737 milhares de euros, que servirão para atenuar os 1,192 milhões de euros. Em relação à análise de execução das unidades orgânicas, informou que, do confronto entre a receita e a despesa executada, resulta um défice de 1,3 milhões de euros. A nível das receitas verifica-se um desvio de -2,9 milhões de euros, registando-se os mais significativos nas seguintes rubricas: i) Overheads: -1,305 milhões de euros; ii) Investigação CCA: -0,937 milhões de euros; iii) Propinas do 1.º ciclo: -0,371 milhões de euros. A nível das despesas verifica-se um desvio em relação ao valor orçamentado de -1,640 milhões de euros, tendo-se registado os desvios mais significativos nas seguintes rubricas: i) Outras despesas CCA: -1,915 milhões de euros; ii) Encargos gerais: +711 milhões de euros. No que se refere aos encargos gerais, o valor das despesas previstas foi de 640 milhares de euros, tendo-se verificado um desvio de 694 milhares



de euros. Contudo, se excluirmos do montante executado 1,333 milhões de euros, a parte correspondente aos encargos com o serviço da dívida contraído junto do Estado, 171 milhares de euros, verificamos que foi inferior em 5% ao registado em 2012, 1,223 milhares de euros. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O Dr. Martins da Cunha prestou alguns esclarecimentos acerca do Relatório e do Parecer por ele emitido, cuja cópia se encontra apensa à ata, chamando especial atenção para o cadastro imobilizado e para o reconhecimento de custos e proveitos de valor material. Relativamente às propinas, apontou para a importância de se recuperar as propinas em atraso, independentemente do prazo que têm para reavê-las. Quanto às contas consolidadas e à transferência de uma série de projetos para a Fundação Gaspar Frutuoso, apelou para o cuidado que se deve ter em relação aos projetos, na medida em que poderá haver projetos que não são levados até ao fim, por falta de financiamento. No que diz respeito à Fundação Gaspar Frutuoso, referiu que nada tinha a apontar em relação às contas apresentadas. Quanto aos Serviços de Ação Social, mencionou apenas a questão dos edifícios que são pertença da Universidade dos Açores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Aberto um período de intervenções, o doutor Mário Fortuna pediu a palavra, dizendo que este Relatório peca por não espelhar a instituição no seu conjunto, tendo considerado os documentos apresentados como básicos e rudimentares e com algumas deficiências que deveriam ter sido retificadas. Para além das lacunas de informação referentes às unidades orgânicas, chamou ainda a atenção para a conclusão constante na página quatro, dizendo que a mesma não abona a favor de um Relatório que deve sair de uma Universidade, e para o Relatório da Fundação Gaspar Frutuoso, que continua a estar em falta. Em relação às propinas, mostrou-se preocupado, dizendo que estão a abrir a porta para uma série de contenciosos entre a Universidade e os alunos, que em nada abonam a favor da Universidade, principalmente se tiverem em conta a informação errada que foi transmitida aos alunos. Por fim, salientou que a aprovação das contas da maneira que foram feitas pode penalizar as contas do próximo ano e que, a serem aprovadas, só o serão com todas as reservas e com nota negativa, tendo em conta as reservas e as ênfases constantes no relatório do Fiscal Único. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ A doutora Gilberta Rocha teceu alguns reparos em relação ao Relatório, dizendo que não existe lógica na elaboração do mesmo e que o mesmo deveria ter sido apresentado de outra forma. Embora reconhecendo que existem questões de fundo que não podem ser alteradas de um dia para o outro, referiu que, em relação às contas, e com algum esforço, o Relatório pode ser melhorado, com as reservas que forem necessárias. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ O doutor Carlos Amaral informou que a sua participação nesta reunião estava a ser feita de uma forma penalizadora e constrangida, por considerar que uma reunião desta natureza, a decorrer a escassas horas da tomada de posse do novo Conselho Geral, e uma apreciação desta natureza caberiam aos próximos membros. Tendo em conta a falta de tempo para uma apreciação minimamente apropriada dos documentos que foram entregues, questionou sobre o impacto da aprovação ou não do Relatório e Contas. Em relação aos projetos, referiu que a sua principal preocupação não tem a ver com os projetos que estão na Fundação, mas com aqueles que não estão na Fundação e que não estão a ser executados, devido à situação da Universidade. Por fim, mencionou que, do mesmo modo como na reunião anterior referiu que este conselho não teria condições em avançar com o processo de revisão estatutária, pelas mesmas razões agora também não concorda em avançar com a aprovação das contas, considerando mais prudente ser o próximo Conselho a aprová-las. No entanto, apesar das circunstâncias e do modo como foi apresentado, mostrou-se aberto a avançar com a aprovação do Relatório, se se tratar de uma questão absoluta, em que tem de se aprovar as contas, mas salientando que irá votar sem uma apreciação mínima do que está em causa. \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_O doutor Alfredo Borba recordou que só existem três cenários possíveis: aprovar o Relatório para ‘limpar’ a casa, propor que seja o próximo conselho a aprovar o Relatório ou votar contra, tendo informado que, se for para aprovar, irá votar contra, pelo que sugere que seja o próximo Conselho a aprovar o Relatório.

\_\_\_\_\_O Dr. Roberto Amaral alertou para o cumprimento dos prazos legais e para a necessidade de se saber se, em termos legais, é possível adiar a aprovação das contas, de modo a evitar que o Ministério envie uma Comissão Administrativa para resolver a situação da Universidade, daí considerar que o ideal seria aprovarem as contas e darem à Administração e à Reitoria a possibilidade de procederem às correções das falhas verificadas.

\_\_\_\_\_Embora compreendendo que seria mais prudente adiar a aprovação do Relatório, o Presidente do Conselho Geral lembrou que o presente Conselho é que é responsável pelas contas de dois mil e doze e que seria um ‘choque’ para o próximo conselho se ver confrontado com um assunto desta natureza. Quanto ao Relatório, referiu que o ano de dois mil e doze teve factos marcantes que têm uma repercussão muito grande nas contas da Universidade, tais como o empréstimo, a Lei dos Compromissos e os dois cortes fundamentais no orçamento da Universidade. Não estando estes factos refletidos no Relatório, nem tendo sido feitas quaisquer considerações sobre o assunto, sugeriu que o envio do Relatório fosse acompanhado de uma carta a ‘dramatizar’ a situação e a explicar os fatores que influenciaram negativamente a Universidade.

\_\_\_\_\_Em relação aos prazos legais, o Dr. Martins da Cunha esclareceu que as contas deveriam ter sido aprovadas até trinta de abril, tendo no entanto sido dado um prazo de onze dias úteis para a apresentação das contas. Tendo em conta os prazos legais exigidos, sugeriu que se remeta as contas aprovadas ao Tribunal de Contas e que o Conselho faça uma recomendação, no sentido de ser alterado o Relatório.

\_\_\_\_\_O estudante Luis Freitas mostrou a sua discordância em relação ao adiar a aprovação das contas e passar a decisão para o próximo conselho. Em relação às propinas, referiu que os alunos é que estão a ser penalizados e que se não pagaram as propinas foi porque não tinham condições de o fazer, devendo a Universidade procurar saber quem são os culpados, pois considera que a culpa foi de quem os induziu a procederem da forma como procederam. Quanto à aprovação das contas, informou que irá votar contra, por verificar que continua tudo igual.

\_\_\_\_\_No que respeita os aspetos técnicos do Relatório, o doutor Armindo Rodrigues mostrou a sua concordância em relação ao que foi dito pela doutora Gilberta Rocha, dizendo que, se tecnicamente as contas não estão erradas, a aprovação destas contas pode ser feita neste Conselho ou no próximo, apesar de estarem a faltar justificações capazes em relação aos valores apresentados, desde que tal não traga implicações para a Universidade.

\_\_\_\_\_O doutor Tomaz Dentinho também se mostrou de opinião de que este Relatório deveria refletir a realidade da Universidade, tendo apontado para dois pontos que, segundo indicou, continuam por esclarecer, como a questão dos projetos que continuam na Universidade e a verba que não está a ser executada. Quanto às propinas, estranhamente vê que a previsão das propinas aumentou em relação ao ano anterior. Por fim, disse que era contra aprovar as contas e o Relatório e pedir para efetuarem as alterações necessárias.

\_\_\_\_\_O Vice-Reitor prestou alguns esclarecimentos, nomeadamente no que respeita o processo do património da Universidade, tendo referido que, relativamente às contas, apesar de ainda existirem aspetos que podem ser melhorados, alguns aspetos importantes já foram melhorados, tendo dado o exemplo da questão da consolidação das contas. Atendendo às melhorias apresentadas e ao curto espaço de tempo que existe para apresentar as contas no Tribunal de Contas, propôs que se procedesse à alteração do parágrafo da página quatro do



Relatório, de modo a que neste parágrafo possa ficar refletida a realidade da Universidade em dois mil e doze, relativamente a dois mil e onze.

Antes de se proceder à votação do Relatório e Contas de 2012, o Magnífico Reitor reafirmou o compromisso da Reitoria em introduzir no relatório as recomendações apresentadas pelo Conselho.

Levado à votação, o Relatório e Contas de 2012 foi aprovado por maioria, com sete votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.

Após a votação, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:

Doutor Alfredo Borba: “Votei contra o Relatório e Contas da Universidade dos Açores, relativos ao ano de 2012, discutidos na reunião do Conselho Geral de catorze de maio, pp, por os mesmos terem sido distribuídos tardiamente e conterem incongruências que nos impedem uma leitura correta dos mesmos.”

Doutor Carlos Amaral: “Votei favoravelmente tendo presentes três grandes motivos. Em primeiro lugar, os constrangimentos apresentados no início da reunião relativos ao momento em que nos encontramos, a escassas horas da tomada de posse do novo Conselho Geral. Em segundo lugar, o facto de não ter havido tempo para uma apreciação adequada da documentação apresentada pela Reitoria, conforme amplamente sublinhado por vários membros do Conselho Geral ao longo do debate que antecedeu a votação. Por fim, em terceiro lugar, pelo imperativo amplamente sublinhado de aprovação imediata do Relatório e das Contas em causa, já que, por um lado, a prorrogação concedida pelo Tribunal de Contas para apresentação do documento se esgota na próxima semana e o mandato deste Conselho termina dentro de brevíssimos momentos com a tomada de posse dos novos membros prevista para a tarde do dia de hoje.”

Doutor Carlos Vouzela: “O meu voto negativo sobre o Relatório e Contas da Universidade dos Açores do ano de 2012 deve-se ao facto de a documentação entregue para análise do mesmo ter sido disponibilizada de forma tardia (dia treze de maio de dois mil e treze), para além dos erros de forma e de conteúdo, mas, mesmo assim, permitiu-me ficar a saber que houve um aumento do défice de exploração relativamente ao Orçamento de 2012, aprovado por maioria, na devida altura, o que traduz a incapacidade de gestão financeira que houve no ano de dois mil e doze.”

Doutor Tomaz Dentinho: “Votei contra por que as contas não são claras quanto aos compromissos assumidos em projetos de investigação e prestação de serviços, as contas assumem uma Provisão sobre Propinas não cobradas que não é realista e o Relatório não explicita que a redução das receitas de serviços externos se deve à migração de projetos para outras entidades.”

De seguida, foi submetida à votação a deliberação do Conselho Geral n.º 1/2013, nos seguintes termos:

“O Conselho Geral da Universidade dos Açores aprovou, com sete votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção, o Relatório e Contas de 2012.

Para efeitos de execução imediata, esta deliberação foi aprovada por unanimidade.”

Procedeu-se igualmente à votação dos mapas de consolidação das contas, tendo os mesmos sido aprovados por maioria, com sete votos a favor, quatro votos contra e uma abstenção.

O doutor Carlos Amaral apresentou uma declaração de voto no mesmo teor da anterior.

4. Relativamente à interpretação de disposições do Regulamento Eleitoral do Conselho Geral da Universidade dos Açores, o Presidente do Conselho Geral apresentou uma



proposta, cuja cópia se encontra apensa à ata. A proposta foi levada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_5. No final da reunião, o Presidente do Conselho Geral usou da palavra, para deixar em ata o seguinte registo de apreço: “Não obstante a inexistência de uma estrutura orgânica suscetível de criar vínculos laborais entre as duas funcionárias dos serviços da Reitoria que habitualmente prestam a sua colaboração ao Conselho Geral, impedindo por isso a aplicação, seja de sanções, seja de louvores, entendo todavia que o facto não é limitativo de uma apreciação sobre o seu desempenho ao longo do meu mandato como Presidente deste órgão. Nestes termos, é meu desejo deixar registado o meu grande apreço pela qualidade, zelo e disponibilidade sempre manifestadas ao longo deste período pela Dr.<sup>a</sup> Esperança Alves e pela Dr.<sup>a</sup> Elvira Ribeiro. A circunstância de acompanhar mais de perto o seu desempenho na execução dos trabalhos afetos ao Conselho Geral que lhes eram solicitados e a constatação da multiplicidade de tarefas em que frequentemente estavam envolvidas, dificultando o atendimento atempado das solicitações com que eram confrontadas, constitui motivo de reforço das razões que justificam o apreço que aqui deixo registado.” \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Presidente do Conselho Geral aproveitou ainda para proceder à leitura de uma carta enviada pelo Dr. Mário Mesquita, onde justifica a sua ausência na presente reunião e apresenta os cumprimentos de despedida, extensivos ao Magnífico Reitor e a todos os membros do Conselho que cessa agora as suas funções, manifestando igualmente o seu agradecimento pela forma amigável com que o acolheram na Instituição. No final da sua intervenção, o Presidente do Conselho Geral desejou a todos saúde e felicidades no desempenho das funções. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_O Dr. Roberto Amaral aproveitou igualmente para agradecer a confiança depositada, apesar dos vários contratemplos surgidos ao longo do mandato, desejando aos novos membros as maiores felicidades durante o desempenho de funções, bem como a toda a equipa da Reitoria no resto do seu mandato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Os doutores Tomaz Dentinho, Carlos Amaral e Gilberta Rocha manifestaram o seu apreço pelo serviço desinteressado que foi disponibilizado pelos quatro elementos cooptados, tendo o doutor Carlos Amaral proposto que um louvor desta natureza ficasse registado em ata. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Por fim, o Magnífico Reitor usou da palavra para manifestar o seu reconhecimento e agradecimento, em nome da Instituição, aos membros cooptados que, de forma desinteressada, contribuíram para o desenvolvimento da Universidade dos Açores. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião às catorze horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, irá ser assinada nos termos da Lei. \_\_\_\_\_

O Presidente do Conselho Geral: